

Conselho terá poderes para decidir uso do solo

JOSEMAR GONÇALVES

A PARTIR DE AGORA, MUDANÇAS NA ÁREA PRESERVADA DE BRASÍLIA TERÃO DE PASSAR PELO CRIVO DO NOVO ÓRGÃO

A partir de agora, todas as propostas de mudança de destinação do uso do solo no Plano Piloto vão ter de passar pelo crivo do Conselho de Gestão da Área Preservada de Brasília, que tomou posse ontem na residência oficial de Águas Claras.

Ao contrário do antigo Conselho Técnico de Preservação, que foi extinto em dezembro, o novo órgão, composto por representantes do governo e da comunidade (ver quadro abaixo), vai ter poderes deliberativos, e não apenas consultivos.

"Os moradores das superquadras poderão levar os seus problemas ao Conselho. Assim, cada cidadão passará a ser um fiscal da preservação de Brasília", afirmou a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi.

Segundo ela, "é importante que a sociedade traga não apenas críticas, mas também sugestões".

Todos os atos que colocuem em risco o tombamento do Plano Piloto como Patrimônio Cultural da Humanidade – como, por exemplo, a construção de um prédio fora dos gabaritos, o uso de propaganda irregular nas ruas ou a invasão de áreas por lojas nas quadras comerciais – poderão ser impedidos pelo Conselho.

"É a sociedade, amplamente representada nesse Conselho, que vai decidir aquilo que pode ou não ser feito", ressaltou o governador Joaquim Roriz (PMDB).

Ele afirmou que, para preservar Brasília, é necessário pensar também no desenvolvimento de todo o Distrito Federal. "A pressão demográfica sobre a cidade precisa ser contida. Enquanto a maioria dos empregos e oportunidades estiverem concentradas no Plano Piloto, será muito difícil conter essa pressão", avaliou.



IVELISE LONGHI (E), da Habitação, acompanha Roriz na cerimônia de posse do novo conselho

Quem são os membros do Conselho

► **Ivelise Longhi** – Arquiteta e secretária de Habitação, foi a responsável pelo planejamento urbano das novas cidades-satélites criadas por Roriz. É suplente de deputada distrital pelo PMDB.

► **Pedro Bório** – Ministro da carreira diplomática, ocupa hoje o cargo de Secretário de Cultura. Já foi o chefe da Representação do governo do Paraná em Brasília.

► **Ronan Batista de Souza** – É o secretário da Coordenação das Articulações Regionais, a Sucar. Homem de confiança de Roriz (com quem trabalha há vários anos) e da vice-governadora Maria Abadia.

► **Ricardo Penna** – Empresário e arquiteto, com mestrado e doutorado em Planejamento pela Universidade de Cornell, dos Estados Unidos. É

neto do engenheiro Israel Pinheiro, que trabalhou na construção de Brasília.

► **Ernesto Silva** – Médico, é um dos pioneiros mais antigos da cidade, e também um dos mais engajados na preservação da capital. Trabalhou com o presidente JK e dirigiu a Novacap.

► **Heliete Almeida e Sérgio Paganine** – Líderes comunitários. Presidem, respectivamente, os Conselhos Comunitários da Asa Sul e Asa Norte. Vão representar os moradores do Plano Piloto no Conselho.

► **Alberto Alves de Farias** – É o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal (Crea).

► **Sérgio Brandão** – É o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/DF).

Comunidade passa a ter voz

Segundo o arquiteto Ricardo Penna – que presidiu o antigo Conselho de Preservação e, agora, faz parte do novo órgão –, o governo acertou ao chamar a comunidade para discutir e deliberar sobre as questões do tombamento.

"Essa proposta está em sintonia com projetos que já haviam sido feitos por parlamentares da oposição, como Rodrigo Rollemberg (PSB), lembrou Penna.

Em dezembro, o governador Roriz mandou, à Câmara Legislativa, um projeto proibindo os distritais de apresentarem propostas mudando a destinação de terrenos em todo o DF.

No caso específico do Plano Piloto, que é a área tombada, caberá ao Conselho tomar as decisões que forem necessárias em relação ao uso do solo.

"Os moradores vão ser os agentes ativos do processo

de preservação", disse Roriz. "As eventuais alterações no plano original da cidade devem surgir pela vontade coletiva", completou.

Para preservar a capital, segundo ele, é necessário "criatividade, fiscalização e, acima de tudo, vontade política." Além das pessoas que já fazem parte do Conselho, o governo pretende convidar, nos próximos dias, outros representantes da sociedade civil.